

A Imprensa Brasileira diante da Corrida Armamentista entre Brasil e Argentina na Primeira década do Século XX

ADELAR HEINFELD *

Na primeira década do século XX, Brasil e Argentina entraram numa corrida armamentista sem precedentes na América do Sul. Formou-se nos dois países uma verdadeira mentalidade armamentista. Passou-se a defender o princípio da “paz armada”, ou seja, somente seria possível evitar um confronto entre os dois países, se cada um tivesse armamentos suficientes para impor respeito ao outro. Para isto, a imprensa escrita brasileira, notadamente os jornais, desempenhou um papel fundamental, tornando-se um verdadeiro grupo de pressão.¹

Os jornais devem expressar a opinião pública. No entanto, Maria Helena Capelato já chamou a atenção que na grande imprensa, o murmúrio da “*vox populi*” – voz do povo – ecoa longínquo enquanto ressoa forte a “*vox domini*”, ou seja, a voz dos dominantes.² Para o historiador, a imprensa escrita se apresenta como uma fonte de pesquisa extremamente importante. A partir da imprensa é possível fazer com que a pesquisa histórica sobre determinada temática ganhe nova roupagem. Evidentemente que, como toda documentação, a imprensa precisa ser trabalhada com o devido cuidado. A partir dela, é possível perceber não exatamente o que estava acontecendo num determinado período, mas aquilo que a opinião pública pensava que estava acontecendo.

Quando Rio Branco assumiu o Ministério das Relações Exteriores, trouxe para a pasta um objetivo definido: transformar o Brasil numa potência regional, conquistando a hegemonia na América do Sul. Na sua visão, o poderio de uma nação passava, necessariamente, pelo fortalecimento dos seus mecanismos de defesa, ou seja, seria mais forte quem

* Doutor em História Ibero-Americana, pela PUCRS. Professor do Programa de Pós-Graduação em História, da UPF (Universidade de Passo Fundo) e do Programa de Pós-Graduação em Educação, da UNOESC (Universidade do Oeste de Santa Catarina).

¹ Karl Deutsch considera a imprensa como um grupo de interesse no âmbito das Relações Internacionais, embora considere como um grupo genérico de interesse ocupacional.

“*Alguns interesses são menos específicos do que outros. Mas se, mesmo assim, puderem ser promovidos eficazmente e se uma rede de influências suficientemente grande ou numerosos grupos de pessoas puderem ser reunidos para apoiá-los, esses interesses difusos possibilitarão a quem nele estiver envolvido exercer considerável grau de influência sobre uma gama bastante variada de situações. Na verdade, podem vir a produzir, com frequência, certo tipo de poder tanto de maior peso quanto de maior raio de alcance do que o poder que um grupo de interesses mais específicos seria capaz de exercer.*” (DEUTSCH, Karl. **A natureza das Relações Internacionais**. Brasília: UnB, 1980, p. 72)

² CAPELATO, Maria Helena Rolin. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988, p. 18.

estivesse mais bem armado. Usando sua influência sobre as demais esferas de poder, Rio Branco vai contribuir, em 1904 e 1906, respectivamente, para a aprovação de dois projetos de rearmamento naval.

A preocupação com o reequipamento da marinha de guerra nesta parte da América pode ser considerada como reflexo das idéias de Alfred Mahan (1840-1914), considerado o “Evangélista do Poder Naval”. Para ele, o poder é um elemento fundamental e permanente no relacionamento entre as nações. Assim, a guerra constitui-se em um instrumento de ajustagem, onde a diplomacia não consegue resolver os conflitos. Mahan era céptico em relação à capacidade dos foros internacionais de dirimirem conflitos de vulto. A única saída seria cada nação reforçar seu poder ofensivo-defensivo, para garantir sua segurança.³

Quando pensa na defesa do Estado, Mahan tem em mente dois conceitos para o termo “defesa”: *“existe la defensa pura y absoluta que procura aumentar sus fuerzas y espera el ataque,”* que pode ser chamada de passiva, e é composta de fortificações fixas, defesas submarinas e outras obras de caráter permanente, cujo objetivo é deter o inimigo que tenta agredir; *“y hay outra clase de defensa que se funda en el principio de que la salvación propia - que es el verdadero objeto de la defensa está mucho más asegurada atacando al enemigo.”*⁴ Este segundo tipo de defesa é constituído pelas armas e elementos que não esperam o ataque inimigo, e sim que vão ao encontro dele.

No Brasil, o rearmamento naval foi objeto de análise e discussão de, praticamente, toda a imprensa nacional. Mesmo antes de Rio Branco assumir o Ministério das Relações Exteriores e da questão do rearmamento entrar na “ordem do dia”, o jornal **A Imprensa**, num artigo de Ruy Barbosa, já demonstrava a importância do poder naval. Citando o livro **The Interest of America in Sea Power** (1898) de Alfred Mahan, defendia a necessidade do país possuir os elementos indispensáveis que lhe garantiriam a defesa do território nacional. Afirmava que *“se a lição do sábio estrategista (Mahan) não for corrigida pelos nossos sábios financeiros, temos de concluir, pois, que em toda e qualquer marinha, estarão indissolúvelmente sempre a sorte das guarnições e a do material de guerra.”*⁵

A partir de 1904, quando o projeto elaborado pelo Ministro da Marinha Almirante Julio de Noronha começou a tramitar no Congresso Nacional, as informações sobre os pro-

³ MAHAN, Alfred T. **Influencia del Poder Naval en la Historia**. Buenos Aires: Editorial Partenon, 1946, p. 17. A partir da publicação desta obra - **The Influence of Sea Power Upon History**, em 1892 - toda discussão, em qualquer parte do planeta, sobre marinha de guerra, passava, obrigatoriamente, por suas idéias.

⁴ Idib, p. 89.

⁵ “A Lógica do Inimigo”. **A Imprensa**. Rio de Janeiro, 08.06.1899.

jetos de rearmamento brasileiro tiveram imensa repercussão na imprensa do país. É o caso do **Jornal do Commercio**, para quem, *“pela primeira vez entre nós, um Ministro da marinha encarou firme e seriamente a nossa situação naval e traçou um plano capaz de afirmar a superioridade que nos cabe, nos destinos da América do Sul.”* Argumentava que com a aprovação pelo Congresso Nacional, o Brasil passaria a ter uma esquadra superior à Argentina e poderia conquistar o grande objetivo de Rio Branco, pois era *“bela ocasião que se nos oferece de assumirmos a hegemonia nos destinos da América do Sul.”*⁶

O deputado Laurindo Pitta, que apresentou o projeto de reorganização naval na Câmara dos Deputados, teve seus discursos reproduzidos pelos grandes jornais da Capital Federal. Enquanto tramitava o referido projeto, o **Jornal do Commercio** já alerta de que as notícias sobre o rearmamento naval brasileiro começavam a preocupar *“o espírito de alguns políticos argentinos.”*⁷

O jornal **O Paiz** lembrava que, fazia alguns anos, um oficial argentino teria afirmado, num banquete oferecido à marinha francesa, que seria fácil dominar o Brasil. Num misto de indignação e desabafo, o jornal exclamava: *“desgraçadamente, o Brasil é uma presa facilíma: não temos exército e não temos armada.”*⁸ A campanha armamentista é assumida abertamente por **O Paiz**. Dizendo não ter ilusões sobre aquele momento histórico, pois *“sabemos bem que a política expansionista está tocando o apogeu do seu desenvolvimento e que não são as sentimentalidades do respeito supersticioso às aparências que a poderão conter e restringir.”* Alegava que as idéias e princípios que imperavam faziam crer que era necessário adentrar aos princípios da “Paz Armada”, pois *“tudo nos indica que é chegada a hora da defesa.”* Assim, **O Paiz** pode decretar: *“Nação que se desarma é nação que se volta à derrota, não só no campo de luta, como ainda na concorrência moral.”* As nações que não possuíam meios de defesa, eram indignas de manter a independência e a auto-administração do solo que ocupavam.⁹ Comentando os temores da imprensa argentina com o rearmamento brasileiro, argumentava que quando aquele país organizou a sua esquadra, não causou preocupação ao Brasil. A defesa do armamentismo não era com o intuito de defender uma política agressiva em relação aos países vizinhos. Assim, *“se nos dominasse o delírio da conquista, ou se nos devorasse o verme da inveja e quiséssemos a todo transe manter sobre as demais repúblicas do continente o predomínio da força, a nossa conduta*

⁶ “Reorganização Naval”. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 06.07.1904.

⁷ **Jornal do Commercio**, 07.11.1904.

⁸ **O Paiz**. Rio de Janeiro, 04.08.1904.

⁹ **O Paiz**, 24.08.1904.

naturalmente teria sido muito diversa [...] Abstivemo-nos prudentemente de semelhantes fantasias.”¹⁰

Em um artigo polêmico, que fez as relações com a Argentina ficarem tensas, pois a imprensa portenha atribuiu sua redação ao próprio Itamaraty, **O Paiz** criticava a Argentina, pela sua postura frente à aprovação do projeto de reorganização da esquadra brasileira, que “*parece ter despertado na vizinha república o receio de que lhe pretendamos contestar os foros que se arroga de primeira potencia sul-americana.*” Dizia que o Brasil não tinha como objetivo a conquista da “hegemonia do continente”; ao mesmo tempo defendia que tivesse o predomínio na América do Sul: “*manteremos o predomínio por que somos o maior país, de maior população, o mais rico, o mais armado de meios de progresso que a civilização moderna oferece.*”¹¹ Rio Branco já havia solicitado à Quintino Bocayuva, diretor de **O Paiz**, para que matérias atacando a Argentina não fossem mais publicadas, pois havia a necessidade de “*mostrar que são cordiais as relações com a Argentina.*”¹²

Em longo artigo publicado no **Jornal do Commercio**, Serzedello Correa ressaltava que a reorganização do poder naval não depende só, como poderia parecer a muitos, da aquisição de novas e importantes unidades de combate. Era necessário ter navios, mas também oficiais educados e práticos que soubessem tratá-los e, para isso eles teriam que se mover, fazer viagens e exercícios de fogo repetidas vezes. Por isso fazia um alerta: “*Lembre-se o governo que temos uma costa vastíssima, portos indefesos, interesses a resguardar e tradições gloriosas que nos legaram venerandos antepassados a manter.*” A marinha brasileira, por sua tradição honrosa, precisaria estar em condições de garantir não apenas a segurança nacional, mas também colaborar para a existência da paz e da integridade territorial de todas as nações sul-americanas.¹³

Por ocasião do sepultamento do deputado Laurindo Pitta, o **Jornal do Commercio** reproduziu na íntegra o discurso do capitão-tenente Vital de Oliveira Freitas, que salientou que o Brasil, para atingir o nível das grandes potências, a que teria direito devido a sua grande riqueza natural, necessitaria do poder naval: “*da marinha Militar, nos advirá a fortaleza indispensável para que sob sua égide possamos desenvolver todos os recursos do nosso engrandecimento.*” Lembrava que o deputado recém-falecido tivera esta preocupa-

¹⁰ “O Problema da época”. **O Paiz**, 21.12.1904.

¹¹ “A Hegemonia do Continente”. **O Paiz**, 13.12.1904.

¹² AHI-Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro. Telegrama à Legação Brasileira em Buenos Aires, 16.08.1904.

¹³ **Jornal do Commercio**, 21.11.1904.

ção, para o Brasil recuperar sua posição, uma vez que *“de primeira potencia naval da América do Sul, havíamos passado a ocupar o último lugar entre as marinhas desta parte do Continente.”*¹⁴

O Paiz, continuando a defender o princípio da “Paz Armada”, alegava que quando a Argentina fortaleceu sua esquadra, *“não nos assustamos com tão grande aumento do seu poder naval.”* Como o Brasil tentava reconquistar a posição perdida, a imprensa argentina deveria imitar a calma e a segurança brasileira demonstrada quando o seu país se armava. *“Temos um litoral imenso e um vasto sistema de comunicações fluviais a defender e proteger.”* Assim, fazia a apologia do armamentismo: *“não podemos prescindir de esquadra e se a Argentina entender que a sua não deve ser inferior à nossa, não nos queixaremos ou gritaremos por isso”*.¹⁵ Pouco tempo depois, o mesmo jornal condena a corrida armamentista: *“seria lastimável que, por efeito de um perigo irreal e fantástico, a Argentina sacrificasse as suas condições econômicas e de prosperidade, para se atirar aos azares, sempre funestos, da paz armada.”* A afirmação da soberania no mar era, segundo **O Paiz**, a razão que legitimava a aspiração brasileira de possuir força naval equivalente a da Argentina e do Chile. De qualquer forma, não deveriam existir motivos para preocupação, pois *“se o Brasil conduzir o desenvolvimento dos seus elementos navais e dos demais armamentos a extremos que pareçam ameaçar a paz do continente, pouco tempo resta aos argentinos para observá-lo e se precaverem.”*¹⁶

Armando Burlamaqui, oficial da Marinha, amigo pessoal de Rio Branco¹⁷, em artigo no **Jornal do Commercio**, enaltecia a decisão *“profundamente patriótica”* do governo em mandar construir um grupo homogêneo de três couraçados, que asseguraria ao Brasil a superioridade, ou no mínimo a equivalência com qualquer força naval sul-americana, sustentando desta forma *“todas as veleidades de uma possível agressão.”* Argumentava que *“a marinha deve ser a primeira preocupação dos governantes”* e que a *“esquadra é uma questão de política.”* Deixando clara a influência de Mahan em sua argumentação, registrava: *“quando um país possui uma costa como a nossa, onde estão esparsas as nossas melhores riquezas, o fator geográfico exerce uma influência decisiva.”* Salientando que o

¹⁴ **Jornal do Commercio**, 23.12.1904.

¹⁵ “Censuras Platinas”. **O Paiz**, 18.01.1905.

¹⁶ “O Juízo do Continente”. **O Paiz**, 09.02.1905.

¹⁷ Armando Burlamaqui fez várias anotações nas margens de **The Interest of America in sea Power, Present and Future** e de **The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783**, de Alfred Mahan que hoje se encontram na biblioteca do Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro.

“ardente desejo de possuir uma esquadra” não era motivado por nenhum sentimento guerreiro agressivo, e sim pelo mais elementar instinto de conservação e defesa, elogiava o programa naval aprovado. No entanto, fazia um alerta: “pedirei aos poderes públicos que meditem um pouco sobre a gravidade da nossa posição na América do Sul. Ou esquadra, ou aliança. Isolamento sem força, é aniquilamento.”¹⁸

Aprovados os dois planos de reorganização naval, a campanha armamentista pela imprensa continuou. Em 1908, principalmente o jornal **A Imprensa** começou a alardear a possibilidade de uma guerra, inclusive anunciando antecipadamente matérias em que aparece explicitamente uma atitude belicosa: “**A Imprensa** começará no dia 8 do corrente a publicar revelações documentadas sobre a atitude da república Argentina que quer já a Guerra com o Brasil.”¹⁹ Em letras garrafais, este jornal trazia a manchete: **O Problema Argentino e a Guerra**. Quem lesse apenas a manchete acreditaria que o Brasil estava entrando em guerra com o país vizinho. Na realidade, o autor da matéria, Antonio João - um pseudônimo admitido pelo próprio jornal - fazia uma retrospectiva histórica de todos os conflitos - grandes e pequenos, sérios e banais - ocorridos entre brasileiros e argentinos, para afirmar: “não pode haver mais claras demonstrações de ódio, de um povo por outro. Os argentinos atiram-nos a luva; levantemo-la com dignidade e brio. Eis o dever de todo brasileiro.”²⁰ Um dos possíveis motivos que levariam a Argentina a declarar guerra ao Brasil, seria o projeto ambicionado por Estanislao Zeballos²¹ de reconstrução do Vice-Reinado do Prata e “talvez a conquista da América do Sul.”²²

Em editorial, **A Imprensa** deixa transparecer claramente uma idéia que grassava entre a opinião pública nacional. “Não há lugar na República para os anti-militaristas e para os anti-patriotas, pois que os brasileiros não perderam a noção de pátria e têm o encargo de defende-la com seu dever supremo.”²³ Culpava a propaganda sistemática contra a influência das forças militares e que exerceu um maléfico efeito dissolvente. **A Imprensa**

¹⁸ “O Problema Naval”. **Jornal do Commercio**, 24.01.1905.

¹⁹ **A Imprensa**, 06.05.1908.

²⁰ “O Problema Argentino e a Guerra”. **A Imprensa**, 08.05.1908.

²¹ Estanislau Severo Zeballos ocupou o Ministério das Relaciones Exteriores e Culto da Argentina em três períodos distintos, nas administrações de Juarez Célman (de 10.09.1889 a 14.04.1890), Carlos Pelligrini (de 22.10.1891 a 12.10.1892) e Figueroa Alcorta (de 21.11.1906 a 22.06.1908). Além disso, utilizou largamente a imprensa para divulgar suas idéias, notadamente **La Prensa** (da qual foi editor), **La Razón** e **El Sarmiento**. No entanto, é através das páginas da **Revista de Derecho, Historia y Letras**, da qual foi fundador e editor, que melhor se pode conhecer seu pensamento.

²² “O Problema Argentino e a Guerra”. **A Imprensa**, 17.05.1908.

²³ “Pro Patria!”. **A Imprensa**, 14.05.1908.

condenava o fato do Brasil, durante anos, ter relegado a um plano afastado das preocupações governamentais, o Exército e a Marinha, perdendo no mar a antiga e natural proeminência nesta parte do continente. Em terra o Exército teria sido virtualmente dissolvido, tamanho eram os claros em suas fileiras e o abandono dos fortes militares e quartéis. Como consequência natural desta política, o Brasil acabou não tendo nenhum poder nas relações internacionais, reduzido a ser apenas um enorme pedaço de terra da América do Sul, habitado por gente incapaz de possuir um governo digno e de ter uma expressão política. De acordo com aquele jornal, durante muito tempo, pregou-se a necessidade da desmilitarização do país; aconselhava-se o desarmamento; apregoava-se a necessidade absoluta do Brasil desprender-se de uma influência qualquer, ainda que moral, na política das nações vizinhas; infiltrou-se nas camadas populares o horror às armas, como se estivesse numa cidade etérea, habitado por anjos, de onde a força tivesse sido definitivamente banida pelo amor. Lembrava que *“o princípio da nação armada transpõe o oceano e aclimou-se entre os povos que nos cercam.”* Por isso, criticava os opositores do fortalecimento das forças de defesa, especialmente o Apostolado Positivista, que *“não tolera que defendemos pelas armas as linhas das nossas fronteiras”*, pois incitava o povo a furtar-se do serviço militar obrigatório, alegando crenças religiosas, *“como se houvesse religião que não pusesse na primeira linha dos deveres morais do homem a defesa da sua pátria”*. Estes *“preparam assim a fácil entrada do inimigo até o coração de nossa terra!”* Por isso, **A Imprensa** fazia um apelo: *“Levantem-se todos os corações nobres contra essa propaganda infeliz!”* Por outro lado, defendia que *“se a República tem de ser anti-militarista e anti-patriótica, mil vezes pereça.”*²⁴ Em Buenos Aires, setores da imprensa e do próprio governo vão atribuir ao Barão do Rio Branco a autoria dos artigos publicados pela **A Imprensa**. No recorte do referido jornal, enviado pelo Ministro argentino no Rio de Janeiro, Julio Fernandes, o Ministro das Relações Exteriores, Zeballos escreveu que no artigo *“se esconde la mano sacrílega del Cuco en esa propaganda de guerra a la República Argentina”*,²⁵ referindo-se a Rio Branco.

O Jornal do Commercio ressaltava que o país havia progredido muito em termos de reaparelhamento naval, mas que muita coisa ainda estava por fazer. Fazendo apologia da “Paz Armada”, declarava que *“a possibilidade de guerra ficará removida tanto mais*

²⁴ Id Ibid.

²⁵ AMREC-Archivo del Ministério de las Relações Exteriores y Culto. Buenos Aires. Anotação no recorte de **A Imprensa**, 08.05.1908.

para longe quanto mais perto estivermos da perfeição em organização naval.” Deixava claro, que o risco de uma agressão não viria das grandes potências. *“Longe das nações que são potências de primeira ordem, cercado por países cujos recursos financeiros rivalizam com os nossos, podemos mais desassombadamente enfrentar a nossa defesa nacional.”*²⁶

Quando o governo argentino propõe a equivalência naval entre os dois países, o **Jornal do Commercio** posiciona-se contra, dizendo que o Brasil não poderia, *“sem quebra de sua dignidade de nação soberana, tolerar que um governo estrangeiro pretenda limitar os seus meios de defesa”*. Mais uma vez, o decano da imprensa carioca defendia abertamente os princípios da “Paz Armada”: *“procure o governo argentino chegar á equivalência comprando navios de que não necessita e equipando assim a sua esquadra à que estamos fazendo construir.”* De outra forma, não era possível. *“Acordos sobre equivalências é que não havemos de admitir, sobretudo depois das provocações e ofensas que nos tem dirigido nestes últimos tempos os órgãos sustentadores do Governo do sr. Alcorta.”* Com cada país armando-se, *“a paz não será perturbada.”*²⁷

No ano seguinte, após um discurso proferido por Rio Branco no quartel do 13º regimento, que teve intensa repercussão em Buenos Aires, o **Jornal do Commercio** defende a política empreendida pelo Chanceler brasileiro, dizendo que *“não é exato que Rio Branco quer a paz armada.”*²⁸ Dois dias após, Teixeira Mendes, a maior liderança do Apostolado Positivista do Brasil, ataca a política armamentista desenvolvida pelo governo brasileiro. *“Antes de tudo cumpre-nos ponderar que o verdadeiro pacifismo não consiste simplesmente em não querer a guerra em certos casos. O verdadeiro pacifismo consiste em não admitir a guerra em hipótese alguma, salvo para repelir a agressão material verificada.”* Entretanto, esta agressão material não havia ocorrido. Em relação à “Paz Armada”, dizia que *“não basta deixar de proferir a locução paz armada, para de fato não ser partidário da paz armada. Desde que se sustenta a necessidade de manter exércitos e esquadras – embora afirmando que se quer a paz – quer-se na verdade, a paz armada.”*²⁹

Quando em 1910 houve em algumas cidades argentinas manifestações anti-brasileiras, **A Imprensa** vai acusar Zeballos de *“capitanear grupos de arruaceiros, que insultavam o Brasil e vaiavam o nosso consulado”* e depredavam casas comerciais onde havia a bandeira brasileira, obrigando a retirá-la. Por isso indagava: *“será possível, entretanto, suportar*

²⁶ “A nossa Defesa Nacional”. **Jornal do Commercio**, 21.06.1908.

²⁷ **Jornal do Commercio**, 14.12.1908.

²⁸ **Jornal do Commercio**, 11.10.1909.

²⁹ “A Paz e o Desarmamento”. **Jornal do Commercio**, 13.10.1909.

essa afronta?” Por outro lado, justificava as manifestações anti-argentinas que aconteceram no Brasil: “*as vaías e os assaltos aos consulados foram justas represálias da mocidade, ardente e patriótica.*”³⁰ Com a notícia que argentinos haviam arrancado e rasgado a bandeira brasileira, “*o povo prorrompeu em morras à Argentina, ao estadista Zeballos*” e logo “*uma verdadeira multidão encaminhou-se para o consulado argentino, onde arrancou o respectivo escudo, arrebentando os vidros das janelas.*”³¹ De todos os Estados brasileiros chegavam à Capital Federal notícias das manifestações de desagravo feitas à República Argentina, motivados pelo desacatos sofridos pela bandeira brasileira em Rosário de Santa Fé e Buenos Aires.³² Os termos usados por alguns órgãos da imprensa brasileira para qualificar Zeballos, “*célebre falsificador de telegramas*”, além de “*mentiroso e desequilibrado incorrigível*”,³³ mostram que a opinião pública brasileira via no ex-ministro das Relações Exteriores o responsável pela oposição argentina à política de Rio Branco.

Esta mentalidade armamentista vai propagar-se por todo o país. Na pequena cidade de Campos Novos, no interior de Santa Catarina, os jornais, quinzenais, refletiam as grandes questões que estavam sendo discutidas no país. O Jornal **Vanguarda** destacava a necessidade de se reorganizar o exército, a Guarda Nacional, a obrigatoriedade do serviço militar e a reconstrução da força naval. Ressaltava a “paz armada” e que era necessário a “*segurança da pátria para não ser surpreendida por algum de seus vizinhos que não pode ver com bons olhos nosso progresso e a supremacia na América do Sul.*”³⁴ Outro jornal, **O Libertador**, noticiava as manifestações anti-brasileiras em Rosário de Santa Fé e Caseros (Argentina) e de que “*patriotas brasileiros*” haviam apedrejado os Consulados Argentinos no Rio de Janeiro, Bahia, Santos, Porto Alegre, Bagé, Itaqui e Uruguaiana.³⁵ Atacava a Argentina de uma forma violenta, alertando que “*argentinos acabam de enxovalhar a flâmula auri-verde do nosso querido Brasil*” e, como o Governo Brasileiro não havia tomado uma medida mais enérgica “*perante tão odiosa e repugnante afronta ao brio e honra do Brasil inteiro, compete a nós, exclusivamente a nós, filhos diletos desta terra, tomarmos a desforra [...] esmagando o inimigo audaz.*”

De forma explícita **O Libertador** propunha guerra à Argentina:

³⁰ “O Zeballismo Moribundo”. **A Imprensa**, 30.05.1910.

³¹ “A Argentina”. **Jornal do Commercio**, 25.05.1910.

³² “A Questão da Bandeira.” **Jornal do Commercio**, 26.05.1910.

³³ “Os acontecimentos”. **Jornal do Commercio**, 27.05.1910.

³⁴ **Vanguarda**. Campos Novos, 15.08.1908.

³⁵ **O Libertador**. Campos Novos, 24.06.1910.

*"Temos meios, somos fortes, para fazermos o ódio que nos tem, os sórdidos vizinhos portenhos, converter-se em temor, podemos esmagá-los, subjugar-los, fazendo-os beijar e idolatrar, submissos e respeitosos, o nosso glorioso pavilhão. Se necessário for a guerra, se de fato, desejam lutar os infames provocadores, adeptos do sórdido Zeballos, façamos conhecer aos mesmos, o valor do nosso Brasil, o patriotismo dos seus filhos, a coragem dos seus soldados..."*³⁶

Outro exemplo da inculcação da mentalidade armamentista aconteceu com o **Correio da Manhã**, tradicional adversário da política de Rio Branco. Inicialmente contra a política armamentista, criticava o aumento de despesa com a militarização do país, afirmando que *"o povo brasileiro não quer a guerra com a República Argentina; a opinião pública sensata repele a diplomacia politiqueria com que o sr. Rio Branco e seus jornais vivem a irritar os homens que neste momento dirigem aquele país."*³⁷ No entanto, depois muda de posição, alertando: *"estamos seguros de que dentro em poucos dias, a República Argentina pensa em nos declarar guerra [...] Não nos iludamos – a Argentina vem breve trazer-nos a guerra. A Argentina em sua megalomania vai em pouco atirar contra nós em luta bestial seus soldados, leva-los sem motivo plausível ao próprio extermínio."*³⁸ Dois dias depois, voltava à carga: *"já não é mistério, aqui como na Argentina, o plano do presidente Alcorta de nos declarar guerra antes que seja ultimada a reorganização das nossas forças de mar e terra."* Diante da possibilidade de guerra, defendia que *"não é pregando a paz que havemos de combater uma invasão do nosso território e a destruição do tesouro material que o passado nos legou."* A "paz armada" seria o caminho natural. *"Armemo-nos, portanto, mesmo a custa dos maiores sacrifícios. E armemo-nos com presteza. Não há sacrifício que se justifique para evitar uma guerra."* Como conclusão, o **Correio da Manhã** emitia uma opinião que era compartilhada por praticamente todos os setores da sociedade brasileira: *"se os nossos vizinhos não querem acreditar na nossa civilização, que, pelo menos, respeitem a nossa força."*³⁹

A competição armamentista levada à cabo por Brasil e Argentina foi um dos fatores importantes que contribuiu para a deteriorização das relações bilaterais naquele período e

³⁶ **O Libertador**, 09.07.1910.

³⁷ "Nuvens Negras". **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 12.05.1908.

³⁸ "O que há no horizonte. Argentina-Brasil: um grande crime. Pois Venha!" **Correio da Manhã**, 12.12.1908.

³⁹ "Para evitar ou vencer". **Correio da Manhã**, 14.12.1908.

teve intensa repercussão na opinião pública dos dois países, formando o que podemos chamar de uma "mentalidade armamentista".

Rio Branco, ao defender que o país deveria possuir fortes mecanismos de defesa, tinha em mente duas preocupações geopolíticas: garantir a segurança do território que ele ajudou a configurar, através de sua atuação no estabelecimento dos limites, e estabelecer a liderança do Brasil na América do Sul.

No período em tela, a imprensa escrita desempenhou um papel fundamental. Atuando como grupo de pressão, os jornais fizeram a população acreditar que o perigo de uma guerra contra a Argentina era eminente. Para isto havia a necessidade do país possuir um parque bélico capaz de fazer frente ao "inimigo" que ameaçava conquistar a preponderância na América do Sul.